

**GRAFIAS QUE ROMPEM SILÊNCIOS: CURRÍCULO
INSURGENTE NA CRIAÇÃO DE ESPACIALIDADES NA ESCOLA**

**SCRIPTS THAT BREAK SILENCES: THE CREATION OF
SPATIALITIES IN SCHOOL BY THE INSURGENT
CURRICULUM**

**GRAFÍAS QUE ROMPEN LOS SILENCIOS: CURRÍCULO
INSURGENTE EN LA CREACIÓN DE ESPACIALIDADES EN LA
ESCUELA**

Luíza Cristina Silva Silva¹
Marlécio Maknamara²

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que buscou empreender análises sobre grafias presentes no espaço da escola. Neste trabalho, as grafias produzidas por estudantes em sala de aula apresentam potencial de compreender as relações sociais, geográficas e discursivas do poder e do saber. Para isso, o objetivo deste trabalho foi analisar os modos de atuação do currículo insurgente na produção de discursos que constituem espacialidades. Trabalhamos em uma perspectiva pós-crítica de currículo e no viés da geografia cultural. O argumento defendido ao longo do desenvolvimento do trabalho entende que o currículo insurgente é constituído por grafias sobre sexualidades que transgridem limites espaciais e, assim, produz espacialidades a partir de tensionamentos discursivos. Metodologicamente operou-se com a observação participante e elementos da análise do discurso de inspiração foucaultiana. Neste artigo, o que nomeamos como currículo insurgente constitui o conjunto das produções discursivas das grafias realizadas por estudantes no espaço da escola. A partir das análises concluímos que as grafias, que constituem o currículo insurgente, e que são expressas no espaço escolar, evidenciam fissuras curriculares, ou seja, saberes silenciados, proibidos e não discutidos pelo currículo formal e oficial.

Palavras-chave: Espaço; Sexualidades; Geografia Cultural.

Abstract

This article summarizes the results of a research that aimed to analyze the scripts in the school space. Here, we understand that the scripts produced by the students in the classroom can help understanding the social, geographic and discursive relations of power and knowledge. The goal of this project was to analyze the insurgent curriculum ways of action in the production of discourses that constitute spatialities. Our theoretical perspective is based on the post-critical curriculum studies and the cultural geography. The argument of this article is that the insurgent curriculum is constituted by scripts about sexualities that cross spatial limits producing spatialities from discursive tensions. The research methodology was the participant observation and the discourse analysis based on Foucault. In this article, what we name as insurgent curriculum constitutes the group of discursive productions of the scripts made by students at the school space. By the analysis made, we concluded that the scripts, that constitute the insurgent curriculum

¹Doutoranda na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente substituta na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2486-3375>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5991954497467755>. Email: luizacsilvaa@gmail.com

²Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente Associado do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0424-5657>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2947750321164221>. Email: maknamaravilhas@gmail.com

and that are expressed in the school curriculum, demonstrate curricular fissures. In other words, silenced, prohibited and not discussed knowledge by the formal and official curriculum.

Keywords: Space; Sexualities; Cultural Geography.

Resumen

Este artículo presenta los resultados de una investigación que buscó realizar análisis sobre las graffias presentes en el espacio escolar. En este trabajo, las graffias producidas por los estudiantes en las aulas tienen el potencial de comprender las relaciones sociales, geográficas y discursivas de poder y conocimiento. Con este fin, el objetivo de este trabajo fue analizar los modos de acción del currículo insurgente en la producción de discursos que constituyen espacialidades. Trabajamos desde una perspectiva curricular postcrítica y desde una perspectiva de geografía cultural. El argumento defendido a lo largo del desarrollo del trabajo comprende que el currículo insurgente está formado por graffias sobre sexualidades que transgreden los límites espaciales y, por lo tanto, produce espacialidades a partir de tensiones discursivas. Metodológicamente, trabajamos con la observación participante y elementos del análisis del discurso inspirado en Foucault. En este artículo, lo que llamamos currículo insurgente constituye el conjunto de producciones discursivas de las graffias realizadas por los estudiantes en el espacio escolar. Del análisis concluimos que las graffias, que constituyen el currículo insurgente, y que se expresan en el espacio escolar, muestran fisuras curriculares, es decir, conocimiento silenciado, prohibido y no discutido por el currículo formal y oficial.

Palabras clave: Espacio; Sexualidades; Geografía Cultural.

Introdução

O espaço escolar, por vezes, é constituído por graffias em paredes, carteiras, portas e banheiros. São frases, desenhos, assinaturas que expressam e produzem desejos, denúncias, declarações. Representações que insurgem a partir das relações sociais, culturais e espaciais da escola. Esse fenômeno de rabiscar o espaço escolar é tratado, muitas vezes, como um ato de “vandalismo” e “depreciação” que rompe com a norma da instituição de ensino e devem ser repreendidas, apagadas e esquecidas.

As graffias que entram na composição dos espaços escolares podem ser lidos de maneiras variadas. Podem ser, inclusive, nomeados de pichação e tipificados como ato infracional previstos no artigo 65 do Código Penal, Lei 9.605/98: “pichar, grafitar ou por conspurgar outro meio, edificação ou monumento urbano”. Caso o(a) autor(a) do grafito seja uma criança, ela poderá ser encaminhada ao conselho tutelar para medidas de proteção, previstas no artigo 101 do Estatuto da Criança do Adolescente. Caso seja adolescente, poderá ser lavrado um boletim de ocorrência para aplicação de medidas socioeducativas, previstas no artigo 112 do mesmo Estatuto (Brasil, 1990). Dessa forma, é possível encontrar na legislação brasileira vias punitivas para a prática de riscar e rabiscar, caso a escola opte por lidar dessa forma com o fenômeno.

Por exemplo, na Escola Estadual José Alves Quito em Corguinho no Mato Grosso do Sul os grafitos foram nomeados de “pichação” e a decisão foi lavar um

boletim de ocorrência para aplicação de medidas socioeducativas³. Outro caso aconteceu na Escola Municipal Martim Aranha em Porto Alegre, em que foi aplicada a medida socioeducativa de três meses de prestação de serviço a uma adolescente que “pichou” a escola⁴. E, também, o caso em que a professora solicitou ao estudante pintar a parede da escola em que ele tinha assinado o seu nome⁵.

No entanto, as expressões gráficas e verbais produzidas por estudantes no espaço escolar apresentam potencial analítico das relações sociais, geográficas e discursivas do poder e do saber construídas na escola. Sendo assim, nomeamos de currículo insurgente o conjunto das produções discursivas das grafias realizadas por estudantes no espaço da Escola Estadual Alice Loureiro que se localiza na cidade de Viçosa em Minas Gerais. O currículo insurgente está embasado na perspectiva pós-crítica que afirma que o currículo é constituído por discursos, verdades autorizadas e por relações de poder e saber (Tadeu & Corazza, 2003). Ele é um artefato cultural que produz modos de existência (Paraíso, 2007) assim como também espacialidades próprias dos micropoderes da escola pesquisada. Neste artigo, o espaço é compreendido como “produto de inter-relações” e como “a esfera da possibilidade de existência da multiplicidade” (Massey, 2004, p. 8).

As frases, desenhos, assinaturas, denúncias e declarações espalhadas pela escola explicitam conflitos políticos, históricos, sociais, culturais e espaciais em torno de diferentes temas que mobilizam sujeitos da educação. O contexto atual do sistema educacional brasileiro é constituído por disputas referentes aos debates, reflexões e discussões sobre inúmeras questões, dentre elas as de gênero e sexualidade no currículo formal da escola. Forças conservadoras como “Escola sem Partido”⁶ tem como uma de suas bandeiras o *slogan* “Ideologia de Gênero” que segundo Paraíso (2016, p. 392) tem tentado atuar na política brasileira como um projeto de lei “com pretensões de controlar

³Disponível em: <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2016/adolescentes-picharam-e-sabotaram-bebedouro-de-escola-diz-policia/>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

⁴Disponível em: <http://costaadogados.adv.br/adolescente-cumprira-medida-socioeducativa-por-pichacao-em-escola/>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

⁵Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/professora-que-mandou-aluno-pintar-pichacao-em-escola-paga-justica-para-evitar-processo-3185883>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

⁶“Escola sem Partido” apresenta-se como um movimento que se ocupa com o suposto grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior (Penna, 2017). E por isso, promove ações para impedir o que acreditam ser a doutrinação política e ideológica em sala de aula. “Escola sem Partido” apresenta uma concepção de escolarização que teria como pressuposto a separação do ato de educar - função da família; e de instruir - função do professor. A instrução do professor, nessa concepção, seria a simples transmissão de conhecimentos supostamente neutros para estudantes (Penna, 2017).

o currículo e o/a professor/a”. Esse *slogan* é usado para “desqualificar as produções acadêmicas e para impedir a discussão sobre gênero e sexualidade no currículo escolar” (Paraíso, 2016, p. 391). “Projetos de Lei vinculados a “Ideologia de Gênero” [são] elaborados e defendidos por grupos reacionários no Brasil para impedir qualquer menção a gênero na escola” (Paraíso, 2016, p. 391). Tal ofensiva se constitui “uma peça-chave para começar a desenhar uma contraofensiva político-discursiva poderosa contra o feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos” (Miskolci & Campana, 2017, p. 726).

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar os modos de atuação do currículo insurgente na produção de discursos que constituem espacialidades. Com base nesse objetivo analítico, o argumento desenvolvido é de que o currículo insurgente é constituído por grafias sobre sexualidades que transgridem limites espaciais e, assim, produz espacialidades a partir de tensionamentos discursivos. As grafias, que constituem o currículo insurgente, e que são expressas no espaço escolar, evidenciam fissuras curriculares, ou seja, saberes silenciados, proibidos e não discutidos pelo currículo formal e oficial. Essas são as fendas pelas quais o currículo das grafias insurge. As fissuras curriculares produzem o currículo insurgente, dando forma a espacialidades outras na sala de aula. Nesse fluxo analítico, estruturamos este artigo por esta introdução em que apresentamos o tema de investigação, a metodologia, as premissas teóricas e o argumento central que é desenvolvido durante todo o trabalho. No segundo tópico, as grafias são apresentadas e analisadas de acordo com o referencial teórico pós-crítico de currículo, a perspectiva da geografia cultural e o conceito de sexualidade segundo o campo pós-estruturalista.

Para realização da pesquisa, foi percorrido um caminho próprio e não linear de investigação. O tema desta análise foi desenvolvido inicialmente na monografia (Silva, 2016) realizada no bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Viçosa sendo retomada, atualmente, no doutorado em Educação da Universidade Federal da Bahia. Revisitamos dados de uma investigação já produzida, visando à constituição de novos problemas e de outras questões de pesquisa ao tomar como referência as teorizações pós-críticas em educação. A partir das observações realizadas *in loco* anteriormente, retomamos o material empírico para submetê-lo à análise do discurso de inspiração de Michel Foucault.

A observação participante é entendida como o envolvimento e a imersão no campo selecionado para investigação, ficando atenta ao comportamento dos sujeitos, as espacialidades, à linguagem utilizada em sala de aula, às práticas escolares e os códigos sociais acionados. “A observação permite ver o que ocorre na sala de aula, acompanhar as diferentes situações, analisar os saberes que ali circulam, vivenciar as relações de poder e ser afetado pelas diferentes técnicas que compõem o currículo” (Caldeira, 2016, p. 74). A observação participante leva em consideração as microrrelações sociais de poder e saber no campo selecionado, no caso, a escola Alice Loureiro. Desse modo, procuramos observar os sujeitos, suas práticas, vivências e conflitos e como essas dimensões constituem espacialidades. Para desenvolver a pesquisa, ocorreu a imersão na escola Alice Loureiro por um semestre na sala de aula do 9º ano do ensino fundamental nas aulas de geografia. E com a devida autorização da direção, as grafias que estabeleciam relações com as sexualidades foram fotografadas.

Ainda, a análise do discurso interroga sobre as invenções, sobre as condições de possibilidade para que um discurso apareça em um contexto histórico-social específico (Foucault, 2008). A importância da análise do discurso parte da compreensão de que “não se pode falar qualquer coisa em qualquer época” (Fischer, 2001, p. 221). Desse modo, essa abordagem metodológica trouxe a possibilidade de perguntar: “por que isso é dito aqui, desse modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (Fischer, 2001, p. 205). As grafias são compreendidas como discurso, desse modo, interrogo sobre a emergência de determinado escrito, frase, declaração, desenho no espaço escolar. Nesse viés, é possível criar informações sobre os sujeitos, saberes autorizados e como certo discurso produz espacialidades de certo tipo.

Os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55). Assim, existem “práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ no discurso” (Fischer, 2013, p. 151). A prática viva no discurso “veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Foucault, 2014, p. 110). O discurso é produtivo, positivo e está em disputa constante, apresentando regularidades e irregularidades. Nesse sentido, é constituído por um “jogo complexo e instável em que pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia

oposta” (Foucault, 2014, p. 110). O discurso é uma “luta”, uma “batalha” “e não um ‘reflexo’ ou ‘expressão’ de algo” (Fischer, 2013, p. 125).

A partir dessas escolhas, compreendo que “toda produção de conhecimento [...] se dá a partir de uma tomada de posições que nos implica politicamente” (Passos & Barros, 2009, p. 150). Desse modo, foi necessário refletir permanentemente sobre as escolhas adotadas ao longo do caminho percorrido na investigação. Nesse viés, não estabeleci “metas pré-fixadas”, com “regras prontas” de modo prescritivo (Passos & Barros, 2009, p. 17). Mas me orientei no percurso da pesquisa de acordo com as demandas do processo, “dando primado ao caminho que [foi] sendo traçado” (Passos & Barros, 2009, p. 30). Portanto, não busquei um caminho linear para atingir um fim imaginado anteriormente, mas estive atenta ao processo da investigação.

No campo teórico, para ver um currículo insurgente sigo a perspectiva pós-crítica dos estudos de currículo que entende que o currículo está para além de um catálogo de disciplinas. Nesse sentido, a análise do currículo insurgente está embasada conceitualmente pela noção de “currículo cultural” (Green & Bigum, 1995), que “envolve a construção de significados e valores culturais” (Silva, 2015, p. 55) e produz modos de ver, ser e constituir espacialidades. O que nomeamos de currículo insurgente se constitui das discursividades que produzem espacialidades de acordo com as relações de poder-saber e regimes de verdade estabelecidas na escola.

Desse modo, o currículo insurgente fabrica determinados modos de ser, sentir e viver e de se apropriar do espaço ao escrever, rabiscar e desenhar na escola. As grafias suscitam saberes sobre o corpo e a sexualidade, constituídos por relações de poder que estão em constante disputa e transformação. O currículo apresenta uma discursividade histórica produtiva. Ele é constituído por um conjunto estratégico de técnicas e tecnologias de poder que, ao serem acionadas, produzem saberes, verdades e sujeitos de determinados tipos. Portanto, também através das grafias os discursos se materializam no espaço escolar.

Partindo do entendimento que o discurso é prática que constitui espacialidades, o conceito de espaço é compreendido segundo a perspectiva da geografia cultural para compreender e analisar a produção de espacialidades na escola. Sendo assim, “o espaço é um produto de inter-relações. Ele é constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno” (Massey, 2004, p. 8). Nessa

perspectiva de compreensão do espaço é possível analisar as grafias na intrínseca relação com a constituição de espacialidades na sala de aula. Massey (2004), está afirmando que as analíticas sobre o espaço podem ser multiescalares, ou seja, podem se dar desde escalas globais até o intimamente pequeno, como a sala de aula para compreender assim as singularidades locais e específicas.

Para Massey (2004, p. 8), o espaço também é “a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a possibilidade da existência de mais de uma voz”. Nesse viés, o espaço é apreendido como constituído pela multiplicidade e heterogeneidade de composições sociais. Por isso, essa noção de espaço é adequada para analisar as grafias na constituição de espacialidades na escola, porque se oferece como lupas que expandem o olhar sobre as múltiplas narrativas que constituem o espaço. No mesmo sentido, se o espaço é constituído por multiplicidade e heterogeneidade reconhece-se a possibilidade de conflitos, assimetrias sociais e uma trama de relações de poder que se expressam através de grafias produzidas por estudantes.

O espaço segundo Massey (2004) está em constante transformação, não se constitui em uma dimensão fechada e acabada, pelo contrário, está em permanente reconfiguração a partir de relações de poder. A autora sugere que reconheçamos o espaço como inacabado, um produto-processo nunca fechado e como um exercício político. “Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado sempre em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política” (Massey, 2008, p. 95). Ao analisar especificamente o espaço escolar compreendemos “a disposição dos elementos da arquitetura escolar e os sentidos e ações forjados em relação a tais elementos” (Vasconcelos & Maknamara, 2020, p. 4) na constituição de espacialidades. Nesse sentido, a cada grafia produzida novas configurações espaciais se formam a partir dos desejos, denúncias, saberes e subjetividades projetadas nas paredes e mesas da sala de aula.

Afirmamos neste artigo que o currículo insurgente é constituído por produções de espacialidades a partir do acionamento de determinados saberes, discursos e narrativas presentes nas grafias no espaço da sala de aula. O currículo recorrendo ao espaço e a outros conceitos geográficos não é uma relação inédita, sendo constituída em

importantes categorias analíticas do currículo como “território contestado” (Silva, 1998), “currículo-mapa” (Paraíso, 2005), “currículo como espaço-tempo de fronteira” (Macedo, 2006), “geometria disciplinar” (Veiga-Neto, 2002). O devir espacial do currículo insurgente evidencia a justaposição de múltiplas dimensões de saberes e discursos. A partir das grafias os sujeitos se engendram no espaço da escola, muitas vezes, provocando rupturas nas normas sociais vinculadas como adequadas.

Os saberes que emergem nas fissuras curriculares oficiais constituem o currículo insurgente a partir da discursividade histórica própria do contexto social em que emerge. São criações e interpretações culturais elaboradas a partir dos sistemas de significações sociais do currículo. Nessa perspectiva, esses saberes são analisados no que autorizam, legitimam, deslegitimam, incluem e refutam. Relações de saber e poder estão intrinsecamente relacionadas, para Foucault (2010), não há relações de poder sem a constituição de saberes, assim como não há saber que não produza relações de poder.

As multiplicidades discursivas das grafias evidenciam diferentes constituições de sujeitos no espaço escolar. Essa relação produtiva do currículo insurgente explicita o comportamento dos sujeitos, seus modos de sentir e existir. No viés pós-crítico, os sujeitos não são dados *a priori*. Assim sendo, a constituição de sujeitos no currículo se mostra na possibilidade de criação, invenção, ressignificação de si contida no espaço grafados. O currículo insurgente enfrenta os limites espaciais a partir de tensionamentos discursivos. As grafias ocupam possibilidades curriculares a partir das transgressões dos limites espaciais ao extrapolar a escrita para fora do caderno e ocupar as paredes e mesas da sala de aula.

Outro conceito importante para as análises deste artigo é o conceito de dispositivo da sexualidade. Para discutir os modos de fabricação de sexualidades e explicar essa produção no ocidente, ele afirma que a partir do século XIX surgem “conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (Foucault, 2014, p. 113). Nesse sentido, a rede de poder do dispositivo da sexualidade compõe a “estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos” (Foucault, 2014, p. 15). Assim, o dispositivo da sexualidade é constituído por redes de saber, poder e verdades a respeito dos sujeitos e os modos de incitar o desejo e o prazer.

As experiências de sexualidade são incitadas, induzidas, positivadas por relações de poder. Nesse viés, o dispositivo da sexualidade é “uma rede de prazeres e trocas corporais discursivamente construída e altamente regulada, produzida através de proibições e sanções, que bem literalmente, dão forma e direção ao prazer e à sensação” (Butler, 2013, p. 98). Para além disso, a sexualidade pode ser reinventada para extrapolar os limites da regulação e da proibição, assim, a sexualidade é plural e múltipla. Dessa maneira, o dispositivo da sexualidade é constituído por forças inventivas de criação de práticas sexuais e prazeres que embaralham as normas sociais e estão além da coerção e da proibição.

É possível que as sexualidades produzidas no currículo insurgente perpassem por todo um jogo do “saber do prazer, prazer do saber o prazer, prazer-saber” (Foucault, 2014, p. 85). A relação prazer e saber explicita o caráter produtivo do dispositivo da sexualidade, assim, esta é “muito mais complexa e sobretudo, mais positiva do que o efeito excludente de uma ‘proibição’” (Foucault, 2014, p.99). Na analítica do currículo insurgente estarei interessada na produção de grafias que explicitem práticas sexuais, a incitação ao prazer, a produção de desejos na constituição de espacialidades na escola Alice Loureiro.

“Vai não se esconde”: Currículo Insurgente na produção de sexualidades que transgridem limites espaciais na sala de aula

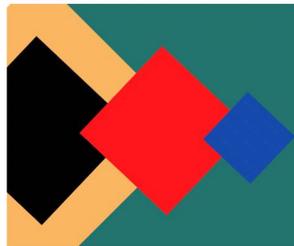
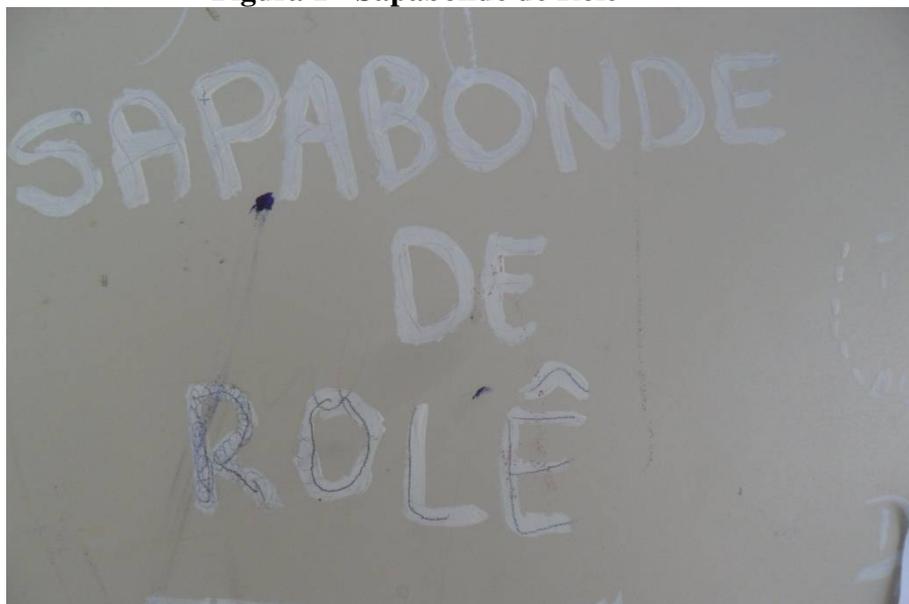
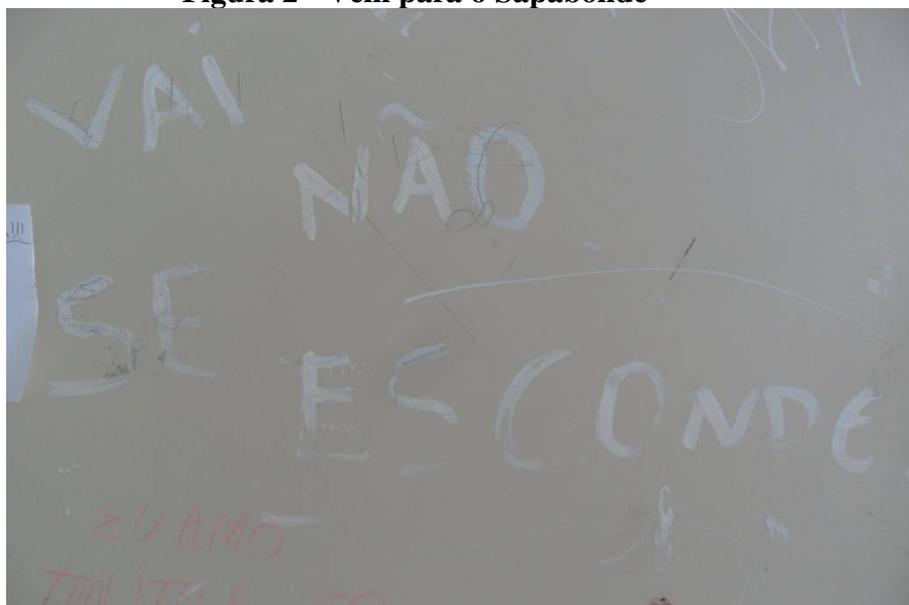


Figura 1 - Sapabonde de Rolê



Fonte: Registros da Pesquisa.

Figura 2 - Vem para o Sapabonde



Fonte: Registros da Pesquisa.

As duas grafias acima “sapabonde de rolê” e “vai não se esconde” fazem referência à música “Vai não se esconde”⁷ da banda Sapabonde e estavam escritas em corretivo no mural que ficava ao lado do quadro branco da sala de aula. Esses ditos estavam escritos em sequência e apresentavam intensa visibilidade no espaço. As

⁷Letra da música “Vai não se esconde” da banda Sapabonde: <https://www.vagalume.com.br/sapabonde/vai-nao-se-esconde.html>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

grafias explicitam vivências de sexualidades que se configuram em coletividade no dito “sapabonde”. A abreviatura “sapa” advém da palavra “sapatão” que se refere popularmente a mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres. Ademais, essa vivência da sexualidade, nessa grafia, se dá a partir da coletividade “bonde”, emergindo como uma vivência da sexualidade em coletivo. O dito “rolê” parece remeter a coletividade que ocupa diferentes espaços, passeiam e se mostram enquanto “sapabonde”.

A próxima grafia complementa “vai não se esconde” conferindo visibilidade a essa vivência coletiva da sexualidade que acima é denominada de “sapabonde”. Sendo assim, é possível caracterizar o currículo insurgente como um currículo constituído por discursos de sexualidade, por discursos que se materializam em grafias de sexualidade. Ou seja, no currículo formal tanto da geografia quanto dos demais componentes curriculares na Escola Alice Loureiro, as reflexões, debates e conversas sobre sexualidade estavam ocultas, no entanto, o currículo insurgente faz emergir essa questão. Apesar da escola tentar silenciar essas discussões, elas aparecem rabiscadas nas paredes da escola, mostrando que é uma vivência constitutiva e atuante no espaço escolar.

As grafias da figura 1 e 2 reiteram/atualizam um discurso que provoca rupturas à heteronormatividade. Reativam a norma social que exige que sujeitos organizem suas vidas conforme o único modelo legítimo de vivência da sexualidade: a heterossexualidade (Junqueira, 2012), visto que esses ditos em corretivo conferem visibilidade as afetividades e sexualidades que não são autorizadas como legítimas pela sociedade, nem pela escola. Então, o currículo insurgente provoca tensionamentos com o currículo formal da escola e faz emergir no espaço da sala de aula assuntos e dimensões da esfera social e cultural que o currículo formal pretende silenciar.

O currículo insurgente é constituído por ditos que remetem à visibilidade e à vivência de sexualidades que rompem com o projeto heteronormativo de sujeito e de sociedade. Pode-se perceber, que o currículo insurgente produz tensionamentos com a regulação social e espacial da sexualidade que visa invisibilizar, silenciar e reprimir práticas desviantes da norma. Os ditos *para não se esconder* confrontam-se com a noção de armário. Cunhada por Eve Sedwick (2007, p. 26), “é a estrutura definidora da opressão gay no século XX”. Assumir, não se esconder, visibilizar e escrever esses ditos

no mural da sala de aula confronta a noção de armário, silêncio, apagamento e invisibilidade.

Na dimensão geográfica, o currículo insurgente é constituído por discursos sobre sexualidade e esses constituem espacialidades, assim, as grafias recriam o espaço escolar. Portanto, as grafias fazem parte do cotidiano da sala de aula, da cantina, do pátio, dos banheiros e são parte integrante das aprendizagens que podem ocorrer nos espaços escolares. Neste caso, a escala de análise situa-se no espaço da Alice Loureiro, que de acordo com as microrrelações de poder e saber, é possível indicar que as grafias rompem com a noção de espaço público e espaço privado em duas dimensões. Primeiro, o dito para não se esconder produz a revelação de vivências da sexualidade no espaço da escola que não são autorizadas, e por isso, deveriam estar escondidas ocupando o espaço privado da vida social, educacional e existencial. No entanto, o currículo insurgente produz tensões na norma social do espaço escolar ao insurgir o dito de revelação “vai não se esconde”. A segunda dimensão, é que além de revelar essa vivência afetiva e/ou sexual esse grupo que se nomeia de “sapabonde” utiliza a gíria de “rolê”, ou seja, que circula em diferentes espaços sociais.

Desse modo, a dimensão geográfica produzida pelo currículo insurgente na escola Alice Loureiro se fabrica a partir das relações espaciais, sociais, políticas e educacionais que mesmo diante da tentativa de apagamento da sexualidade a espacialidade produzida a partir das grafias é da multiplicidade de narrativas e vivências. Nas observações nas aulas de geografia, assuntos sobre sexualidade eram repreendidas pela professora, no entanto, o silenciamento não faz com que essa questão desapareça da escola. Pelo contrário, o que as grafias indicam é que práticas pedagógicas que silenciam a sexualidade produzem o fenômeno das grafias na escola.

A seguir, as figuras 3 e 4 apresentam os ditos “gay e “viado” em grafias no espaço da escola que explicitam nomeações de sujeitos que fogem à norma da heterossexualidade.

Figura 3 - GAY



Fonte: Registros da Pesquisa.

Figura 4 - Viado



Fonte: Registros da Pesquisa.

No campo das relações históricas do saber a respeito da sexualidade, Foucault (2014), explica que a partir do século XIX, na Europa, um campo estratégico da racionalidade política anexou às práticas sexuais a produção da *scientia sexualis*, ou seja, a ciência da sexualidade. Assim, “determinadas estratégias e tecnologias de poder” estavam “articuladas na constituição de discursos ‘científicos’” (Louro, 2009, p. 86)

sobre as práticas sexuais. Nesse viés histórico, “ao final do século XIX, serão homens, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores (das grandes nações da Europa) que vão fazer as mais importantes ‘descobertas’ e definições” (Louro, 2009, p. 88) sobre as práticas sexuais e sobre os corpos de homens e mulheres. Por isso, a partir do respaldo do “discurso científico”, as “descobertas” se forjaram como verdades autorizadas. Assim, produzem-se verdades sobre “os sujeitos e as práticas que são bons ou que são maus, integrados ou desintegrados, produtivos ou prejudiciais para o conjunto da sociedade” (Louro, 2009, p. 86).

A partir da *scientia sexualis*, a prática sexual, classificada como sadia ou patológica, ficou atrelada à verdade sobre os sujeitos. Assim, a partir do século XIX, tornar-se sujeito de sexualidade está associado à verdade sobre si como sujeito sexuado (Foucault, 2014). Assim, surge o que na contemporaneidade está na ordem discursiva como a identidade lésbica, homossexual, bissexual. Nesse viés, a ciência da sexualidade se torna um campo consolidado de racionalidade de poder e saber através não só do discurso científico como também do psicológico, jurídico, educativo e religioso. Com isso, as relações de poder produziram uma obstinada avidez na “vontade de verdade” sobre o sexo e sobre o que cada pessoa faz da sua prática sexual.

Na constituição da verdade sobre a sexualidade dos sujeitos, investiga-se como cada um exerce suas práticas sexuais, incita os prazeres, produz desejos. A forma como cada sujeito vivencia essa série de práticas sexuais é incorporada a uma obstinada investigação para descobrir o que cada pessoa é verdadeiramente a partir dos seus prazeres, corporeidades, vontades. Isso no intuito de classificar a sexualidade, hierarquizá-la e, se necessário, corrigi-la. Nesse viés, o sujeito homossexual, referido na grafia como “gay” e “viado”, é classificado como aquele que exerce práticas desviantes e patológicas e, dessa forma, é aquele sujeito que precisa de correção. Mas Louro (2009, p. 89) explica que, “tendo sido nomeado o homossexual e a homossexualidade, ou seja, o sujeito e a prática desviante, tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes havia servido como referência”. Forja-se, desse modo, a heterossexualidade como a prática a ser naturalizada, autorizada e legitimada como sadia e ‘normal’.

Nesse sentido, surge o par “heterossexualidade/homossexualidade (e heterossexual, e homossexual), como oposição fundamental, decisiva e definidora de

práticas e sujeitos” (Louro, 2009, p. 89). Esse processo emerge no século XIX e perdura no contexto social contemporâneo. Grafias com as palavras “gay” e “viado” explicitam a nomeação das práticas e vivência consideradas como desviantes, patológicas e erradas. Os estudantes, ao escreverem esses ditos estão nomeando classificações que são desautorizadas por parte da sociedade e, muitas vezes, também pela instituição escolar. A observação em sala de aula possibilitou o entendimento de que essas grafias estão se referindo ao que é preciso negar em si mesmo, e desse modo, o outro colega de sala que é “gay” e “viado” gerando conflitos.

A nomeação do outro é o estabelecimento de uma fronteira entre quem atribui o nome e quem é nomeado. A existência do “normal” heterossexual não depende apenas de si e da suposta certeza da orientação sexual, depende também da condição de situar o marginalizado, a condição vivida pelo outro (Junqueira, 2012). Nesse mesmo viés Louro (2010, p. 31), afirma que

Curiosamente, no entanto, as instituições e os indivíduos precisam desse “outro”. Precisam da identidade “subjugada” para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam. Assim, podemos compreender por que as identidades sexuais “alternativas”, mesmo quando excluídas ou negadas, permanecem ativas (e necessárias): elas se constituem numa referência para identidade heterossexual; diante delas e em contraposição a elas a identidade hegemônica se declara e se sustenta.

Nesse sentido, o currículo insurgente faz emergir no espaço escolar nomeações sobre vivência da sexualidade a partir das classificações e categorizações históricas do sujeito. Esses ditos apresentam os discursos que circulam no espaço da escola apesar da instituição negar esse tema. Os estudantes do 9º ano do ensino fundamental são sujeitos em processo de formação, estão em constante construção do laborioso entendimento das relações sociais e de como a sociedade classifica sujeitos de acordo com sua vivência afetiva, amorosa, sexual. Logo, as grafias no espaço da escola evidenciam a maneira conflituosa com que os estudantes lidam com a questão da sexualidade. Apesar do silenciamento do currículo formal da geografia e dos demais componentes do currículo da educação básica, as relações de sexualidade estão presentes nas salas de aula, no pátio e nos banheiros da escola e negar essa dimensão da existência em espaços de

aprendizagem é produzir conflitos políticos, sociais e espaciais explicitados no ato de rabiscar a escola.

No intuito de multiplicar os sentidos analíticos da figura 3 e 4, os ditos “gay” e “viado” podem insurgir no currículo e nas espacialidades da escola como afirmação e autonegação positivadas das vivências da sexualidade. Isso porque a sexualidade pode ser reinventada para extrapolar os limites da regulação e da proibição, assim, a sexualidade é plural, múltipla e deslizante. Foucault (2014, p. 132) discorda da “ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e não deixa nenhum espaço para a liberdade”. Dessa maneira, o dispositivo da sexualidade é constituído também por forças inventivas de criação de práticas sexuais e prazeres que embaralham, resistem ao par binário homossexual e heterossexual e estão além da coerção e da proibição. Assim, as grafias “gay” e “viado” também podem ser compreendidas como nomeações que “escapam ao controle, que resistem e extrapolam ao planejado, que se abrem para a novidade” (Paraíso, 2016, p. 390). Nesse caso, as quatro grafias selecionadas podem ser compreendidas como explicitações da sexualidade que “estão presentes nos espaços escolares perturbando a ordem discursiva, resistindo às investidas do poder, transgredindo o currículo e inventando outros modos de vida” (Silva, 2018, p. 81).

Considerações Finais

O argumento desenvolvido é de que o currículo insurgente é constituído por grafias sobre sexualidades que transgridem limites espaciais e, assim, produz espacialidades a partir de tensionamentos discursivos. Tensionamentos e conflitos são importantes para o processo de aprendizagem, no entanto, para que a aprendizagem seja efetiva é importante saber operar pedagogicamente com as dimensões que emergem de maneira conflitante no espaço escolar. O tensionamento presente na Escola Alice Loureiro se constitui pela tentativa de silenciamento das questões de sexualidade no currículo formal da instituição, mas que, no entanto, os estudantes vivenciam relações de sexualidade e produzem grafias no espaço da escola sobre desejos, identidades e vivências. Ou seja, o espaço que os estudantes têm para expressar essa dimensão da existência é escrevendo, desenhando, rabiscando a parede da escola com ditos sobre sexualidades, e desse modo, recriando espacialidades.

Por isso o currículo das grafias é insurgente: apesar de toda tentativa empreendida para silenciamento da sexualidade, esses ditos insurgem na escola, causando fissuras no currículo formal. Portanto, apesar do currículo formal e oficial tentar silenciar os debates e reflexões em torno do gênero e da sexualidade, essas dimensões insurgem no espaço evidenciando que mesmo com as tentativas de silenciamento das discussões, a sexualidade, o desejo, os prazeres são constitutivos da instituição escolar. Sendo assim, as grafias são vistas neste trabalho como um construto analítico de relevância social e pedagógica para pensar as produtividades curriculares na escola. O currículo insurgente multiplica os sentidos de aprendizagem e das produções dos modos de existência o que implica em um movimento constante de compreender o currículo como invenção, que neste caso, recria o espaço escolar.

O ato de escrever em diferentes espaços da escola modifica o espaço, que ao ser grafado com palavras como “gay”, “sapabonde” e “viado” está constituindo espacialidades que expressam modos de vida, vivência, desejos e prazeres. Conectar as bases epistemológicas da geografia cultural ao referencial pós-crítico possibilita articular o fenômeno das grafias com a produção de espacialidades no currículo escolar. Sendo assim, as grafias produzem e são produzidas pelo espaço, seus discursos se materializam na dimensão espacial, produzindo espacialidades a partir de discurso sobre sexualidades. Escritos que poderiam estar apenas nos cadernos, tomam as paredes, portas e carteiras, se tonando explicitamente visíveis na sala de aula. Portanto, esses ditos extrapolam limites espaciais de modo a criar espacialidades outras que tornam visíveis assuntos que são empreendidos para o silenciamento. E apesar da “avalanche de ideias reacionárias que buscam inundar a todos e todas com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas, generificações hierárquicas, silêncios interessados, ódios destruidores, omissões desastrosas” (Paraíso, 2018, p. 25) os estudantes riscam os espaços da escola mostrando que os discursos sobre sexualidade circulam na instituição escolar de forma marginal e insurgente.

Referências

Brasil. (1990). *Decreto-lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 07 de julho, 2020 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Butler, J. (2013). Inversões Sexuais. In: Passos, Izabel C. Friche (Org.). *Poder, Normalização e Violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, p. 91-108.

Caldeira, M. C. (2016). *Dispositivo da Infância na Antecipação da Alfabetização no Currículo do 1º ano do Ensino Fundamental: conflitos, encontros, acordos e disputas na formação das crianças de seis anos*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Fischer, R. B. (2001). Foucault e a Análise do Discurso em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223.

Fischer, R. B. (2013). Foucault. In: Oliveira, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do Discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, p. 123-153.

Foucault, M. (2008). *Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

Foucault, M. (2010). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 38ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. São Paulo, Edição Paz e Terra.

Foucault, M. (2014). O sujeito e o Poder. In: Foucault, Michel. *Ditos e Escritos, IX. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 118-141.

Green, B. & Bigum, C. (1998). Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos em educação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p 208-248.

Junqueira, R. D. (2012). Pedagogia do Armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: Miskolci, Richard & Pelúcio, Larissa (Org.). *Discursos Fora da Ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, p. 277-305.

Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. In: Junqueira, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, v. 32. p. 85-93.

Louro, G. L. (2010). *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. 3º ed. Belo Horizonte, Autêntica.

Macedo, Elizabeth (2006). Currículo como espaço-tempo de fronteira Cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v.11, n. 32, mai-ago, p. 285-372.

Massey, D. (2004). Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. *Revista GEOgraphia*, Niterói, ano 6, nº12, p.7-23.

Massey, D. (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

Miskolci, R. & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez, p.725-747.

Paraíso, M. (2005). Currículo-Mapa: linhas e traçados das pesquisas pós-críticas sobre currículo no Brasil. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n.30(1), jan-jun, p. 67-82.

Paraíso, M. (2007). *Currículo e Mídia Educativa Brasileira: poder, saber e subjetivação*. Chapecó/SC: Argos.

Paraíso, M. (2016). A Ciranda do Currículo com Gênero, Poder e Resistência. *Currículo sem Fronteiras*. V. 16, n.3, set-dez, p.388-415.

Paraíso, M. (2018) Fazer do Caos uma Estrela Dançarina no Currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos de *slogan* “ideologia de gênero”. In: Paraíso, M. & Caldeira, M. C. (Orgs.). *Pesquisas sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, p. 23-52.

Passos, E. & Barros, R. B. (2009). A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. (Orgs.). *Pistas para o Método Cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, p.17-31.

Penna, F. A. (2017). Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: Frigotto, G. (Org). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 35-48.

Sedwick, E. K. (2007) A Epistemologia do Armário. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 28, p. 19-54.

Silva, J. P. (2018). *Infâncias Queer nos Entre-Lugares de um Currículo: a invenção de modos de vida transviados*. Dissertação (Mestrado de Educação) 146 f. Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Silva, L. C. (2016). *Tecnologias Política do Gênero e da Sexualidade no Espaço Escolar: Grafias atuantes no espaço da Escola Estadual Alice Loureiro em Viçosa-MG*. 2016. 50 f. Monografia (graduação em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

Silva, T. T. (1998). Currículo e Identidade Social: Território Contestado. In: Silva, T. T. *Alienígenas na sala de aula*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

Silva, T. T. (2015). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Tadeu, T. & Corazza, S. (2003). *Composições*. Belo Horizonte: Autêntica.

Vasconcelos, H. & Maknamara, M. (2020). Arquitetura e Educação: arquitetura escolar como elemento dos espaços escolares. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1-17.

Veiga-Neto, A. (2002). De Geometrias, Currículo e Diferenças. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XXIII, n.79, ago, p.163-186.

Recebido: 13/06/2020

Aceito: 08/07/2020

Publicado: 17/12/2021

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.